

## 1. O legado do Programa Mais Cultura

Quando assumiu o Ministério da Cultura, em 2003, o ministro Gilberto Gil inovou ao centrar investimentos no apoio à produção cultural de base comunitária existente no país, criando o Programa Cultura Viva. Nas palavras do ministro o objetivo era “fazer uma espécie de “do-in” antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país.”<sup>5</sup>

Num contexto de orçamento escasso e demanda constrangida pela concentradora política de incentivos fiscais dominante até então, era pacífico entre os movimentos culturais e artísticos que a produção cultural de base – reconhecida nos Pontos e Pontões - era o investimento prioritário naquele momento.

No mesmo período (2003 a 2004) foi desenhado o projeto das BACs - Bases de Apoio à Cultura - estruturas físicas que seriam instaladas em periferias urbanas para apoiar a produção cultural local, impulsionando ainda mais o trabalho desenvolvido pelos Pontos de Cultura. No entanto, apenas no início da segunda gestão do presidente Lula, foi possível ampliar o orçamento para investimento em infraestrutura e o projeto das BACs acabou não sendo executado.

Com o lançamento do PAC, em 2007, o debate sobre infraestrutura cultural ganhou força, especialmente no âmbito do Mais Cultura, Programa lançado pela Secretaria de Articulação Institucional do MinC como o “PAC da Cultura”:

“Ao lançar o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da Cultura ontem, sob o nome de Mais Cultura, o governo divulgou uma pesquisa que mostra que apenas 13% dos brasileiros frequentam o cinema ao menos uma vez por ano, 93,4% nunca foi a uma exposição de arte e 78% nunca assistiu a um espetáculo de dança.

Leia também:

### Apresentação

1. [O legado do Programa Mais Cultura](#)
2. [O conceito do equipamento](#)
3. [Mobilização Social para gestão compartilhada](#)
4. [Mapeamento, ativação e desenvolvimento territorial](#)
5. [Infraestrutura urbana e política social](#)
6. [Desenho institucional e relações federativas no PAC 2](#)
7. [Gestão e sustentabilidade das Praças sob a perspectiva da consolidação dos Sistemas Nacionais](#)
8. [Desafios para a gestão das Praças](#)

---

<sup>5</sup> Discurso de posse de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, proferido em 02/01/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>.

‘Indicadores mostram que pouco mais de 10% do povo brasileiro tem acesso pleno à cultura’, afirmou o secretário-executivo do ministério da Cultura, Juca Ferreira”.<sup>6</sup>

No contexto de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pautado por indicadores de baixo acesso a bens e serviços culturais, o Mais Cultura buscava ampliar o espaço das políticas culturais no debate sobre o desenvolvimento econômico e social do país, reivindicando investimentos em infraestrutura de forma articulada às políticas e ações em consolidação pelo MinC, incluindo o Cultura Viva, ações de livro e leitura, de audiovisual e de desenvolvimento da economia da cultura.

A estratégia era investir em infraestrutura para impulsionar o processo de valorização e apoio à produção cultural de base comunitária desencadeado pelo Cultura Viva nos anos anteriores.

“Nos últimos anos, o órgão [o MinC] desenvolveu programas e ações que buscaram resolver positivamente essa disjuntiva, ampliando o acesso e apostando no protagonismo da sociedade. O conceito básico da política ministerial é de que cultura é um direito, assim como educação, moradia, saúde, alimentação, voto; de que cultura gera renda, produz riqueza e é capaz de ser uma economia auto-sustentável; de que cultura é esse espaço de signos em que nos referenciamos e nos movimentamos, ao qual pertencemos e que somos levados, compulsória ou voluntariamente, a manejar.

Em 2007, como coroamento de seus esforços, expressão de seus conceitos, e fruto de seu amadurecimento, o MinC lançou o *Programa Mais Cultura*, cujo objetivo é acoplar a cultura à agenda de desenvolvimento nacional.

(...) Concebido como o “PAC da Cultura”, o Programa Mais Cultura é herdeiro e síntese do pensamento, das políticas e das ações do MinC.”<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> “Governo lança Mais Cultura e diz que só 13% vão ao cinema”. Folha de São Paulo, Brasil, sexta-feira, 05 de outubro de 2007.

<sup>7</sup> Espaço Mais Cultura. Secretaria de Articulação Institucional, MinC, 2009, p. 01.

Para tanto, propunha-se três eixos complementares de atuação: **Cultura e Cidades**, voltado para a qualificação do ambiente social, com criação de infraestrutura nos diversos territórios; **Cultura e Economia**, focado nas questões de ocupação, renda, emprego e de financiamento da cultura; e **Cultura e Cidadania**, que contemplava o protagonismo cultural, as identidades e a diversidade.

As primeiras ações do Mais Cultura na área de infraestrutura cultural, vinculadas ao eixo Cultura e Cidades, ocorreram por meio de uma parceria com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (MCidades), no âmbito do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, integrante do PAC. Foram articulados 15 projetos de espaços culturais em áreas de favelas em urbanização nas capitais brasileiras, com investimentos da ordem de 13,5 milhões de reais.

O MinC repassou ao MCidades recursos para que fossem feitos aditivos aos Termos de Compromisso já assinados com governos estaduais, visando à complementação da urbanização de grandes favelas com a construção de espaços culturais multiuso e aquisição de equipamentos e mobiliário. Paralelamente, foram firmados convênios com prefeituras e governos estaduais, parte proveniente de emendas parlamentares, visando apoiar a construção de equipamentos culturais multiuso.

Projetos exitosos, como as Bibliotecas Parque de Manguinhos e da Rocinha, ambas no Rio de Janeiro, foram concretizados em parceria com o Programa Mais Cultura.

Partindo dessas primeiras experiências, foi consolidando-se no âmbito do Mais Cultura uma proposta de implementação de espaços e bibliotecas, baseada na constatação do déficit de equipamentos culturais no País, e centrada na participação social, na articulação com demais programas e ações do Ministério e no desenvolvimento territorial:

“(…) Segundo anuário estatístico de 2009 do Ministério da Cultura, dos municípios brasileiros, 10% não têm biblioteca, e apenas 5% dos brasileiros já visitaram algum museu.



Biblioteca Parque da Rocinha, Rio de Janeiro, RJ.  
(Foto: Governo do Estado do RJ)



Biblioteca Parque de Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ.  
(Foto: SAI/MinC, 2010)

A participação do cinema nacional no mercado interno gira em torno dos 10%, e 90% de nossas cidades não contam com salas de cinema.

(...) Ao investir na construção de edifícios para abrigar Espaços Culturais em áreas desprovidas de equipamentos públicos, enaltece-se a importância do espaço físico de qualidade como aglutinador e otimizador das atividades culturais, artísticas e de leitura. Entendendo o processo cultural como orgânico e dinâmico, pretende-se dar continuidade à construção do diálogo e da gestão compartilhada já desencadeados pelo Programa Cultura Viva.

Considera-se que o centro cultural, assim como a biblioteca pública – esta última entendida também como espaço cultural de múltiplas atividades - devem ser espaços dinâmicos de fruição, difusão e produção cultural. Lugares atraentes, acolhedores e interativos, funcionando como instrumentos de crescimento pessoal e de transformação social, numa articulação entre cultura, educação, ação social e desenvolvimento urbano.

Ao serem implantados em áreas com enormes carências, mas ricas em potencialidades, de alta densidade populacional e concentração de jovens e crianças, esses equipamentos culturais incorporam as características de pontos de articulação entre comunidade, entidades e poder público para a realização de múltiplas atividades culturais, podendo tornar-se referência no território local.

O desafio que se coloca é a construção e a prática de uma metodologia inovadora de implantação de edifícios culturais públicos em áreas urbanas precárias, tendo como princípio a participação social ampla durante todo o processo. Deverão ser articulados como atores primordiais do processo o Ministério da Cultura, as Prefeituras e órgãos públicos, a comunidade, as entidades e instituições locais – incluindo-se nessas últimas as universidades públicas, através de projetos de extensão”<sup>8</sup>.

A metodologia de implementação dos Espaços e Bibliotecas Mais Cultura estruturava-se em quatro eixos: 1) arquitetura e inserção urbana; 2) mobilização social e gestão; 3) design, mobiliário



VISTA DO GRAMADO DA BIBLIOTECA



VISTA DA PRAÇA DO MUSEU



Ilustrações dos Modelos de Biblioteca (no topo) e Espaço Mais Cultura. (SAI, 2009)

<sup>8</sup> Idem, p. 1-3.

e comunicação visual; 4) usos e programação – debatidos com a comunidade no chamado “Canteiro Mais Cultura”:

“Tendo como princípio que a comunidade é a protagonista do processo de constituição do Espaço, entidades, instituições e gestores públicos devem (...) desenvolver ações colaborativas cujo fim é que a conformação física final do equipamento – inserção no bairro, ajustes em sua arquitetura, mobiliário e equipamentos – e seu funcionamento – a gestão, a programação e os usos – sejam resultado de uma construção coletiva, o que potencializará seu uso e sua sustentabilidade.”<sup>9</sup>

No âmbito da arquitetura, foram desenvolvidos diversos modelos de referência, incluindo projetos específicos para áreas indígenas e quilombolas, bem como considerando a diversidade local, principalmente no que se referia às práticas culturais, bioclima, técnicas construtivas (madeira, solo-cimento, bioconstrução), disponibilidade de área, tamanho da população beneficiada e dotação de recursos.

Em relação à gestão, a proposta do Mais Cultura tinha como princípio a mobilização e a participação social, efetivada por meio da constituição de um Grupo Gestor:

“O eixo Mobilização Social e Gestão determina que a implantação dos equipamentos Mais Cultura deve se dar a partir de processos participativos, envolvendo comunidade, entidades, instituições e o poder público local, com o objetivo de fortalecer e capacitar a comunidade para que possa exercer, em parceria com o poder público local, a gestão do equipamento Mais Cultura.

A estratégia de atuação está pautada pelo desenvolvimento de atividades que envolvam os atores locais e nacionais no projeto, especialmente no planejamento da gestão e da



VISTA DO GRAMADO DAS OFICINAS



VISTA DA PRAÇA DO AUDITÓRIO



Ilustrações de Modelo de Espaço Mais Cultura. (SAI, 2009)

<sup>9</sup> Ibidem.

programação dos Espaços Mais Cultura, através de oficinas, reuniões, e ações de mobilização e capacitação”<sup>10</sup>.

“A administração do Espaço deve ser compartilhada entre comunidade e poder público. Seu sentido é colaborativo. A comunidade deve ser a protagonista na implantação e condução do equipamento, nos processos de construção de um sistema local de gestão, na definição dos usos e da programação, e no planejamento de elementos de design.

Gestão compartilhada e colaborativa pressupõe o fortalecimento e a capacitação da comunidade e dos gestores públicos, e o trabalho deve ser desenvolvido tendo como meta a constituição de um grupo gestor, com participação da sociedade civil e do poder público local, instituído juridicamente”<sup>11</sup>.

Dessa forma, quando o debate sobre as **Praças do PAC** foi inserido pela Casa Civil na agenda do MinC no início de 2010, havia 26<sup>12</sup> equipamentos do Mais Cultura – espaços e bibliotecas - em implementação sob a metodologia do programa, incluindo novas construções e reformas e/ou aquisição de equipamentos e mobiliário, executados por meio de convênios com municípios e estados, além daqueles 15 em execução junto a obras do PAC Urbanização de Assentamentos Precários do Ministério das Cidades.

Foram convocados para participar da concepção do projeto 5 ministérios: Cultura, Esporte, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Justiça, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, então responsável pelo PAC.

---

<sup>10</sup> TSUKUMO, I. T. L. **CONSULTORIA EM PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA. PRODUTO 1 - Metodologia para mobilização social no Programa Mais Cultura**. UNESCO / MINC. Brasília, novembro de 2010, p. 03.

<sup>11</sup> Espaço Mais Cultura. Secretaria de Articulação Institucional, MinC, 2009, p. 5-6.

<sup>12</sup> Em 2010 havia 26 projetos de Espaços e Bibliotecas Mais Cultura com convênio firmado com prefeituras, totalizando R\$ 22,2 milhões. Em 2012, devido às emendas parlamentares, o número havia crescido para 57 projetos conveniados, totalizando 71,7 milhões. Destes, 28 haviam iniciado a execução, totalizando R\$ 44,0 milhões (SAI/DINC/MinC, 2012).

**O grupo de trabalho interministerial contou com contribuição significativa do Ministério da Cultura, especialmente pela apresentação dos modelos de projeto de referência já desenvolvidos no âmbito do Programa Mais Cultura, e da metodologia para mobilização social e constituição dos Grupos Gestores dos equipamentos.**

Assim, os Espaços Mais Cultura foram inseridos nas Praças por meio dos modelos de gestão compartilhada e participação social e de projeto arquitetônico, na forma de cinco equipamentos - laboratório multimídia, biblioteca, cine-teatro, salas multiuso e auditório.

As instruções para contratação e execução das Praças dos Esportes e da Cultura determinaram que o conceito geral do Espaço Mais Cultura não podia ser alterado<sup>13</sup> e inseriram a etapa de mobilização social para constituição do Grupo Gestor como obrigatória, reafirmando o legado do Programa Mais Cultura no projeto das Praças.

Além disso, a expertise alcançada com o desenvolvimento do Mais Cultura e o papel dos equipamentos na produção e na fruição culturais, tão essenciais para a inclusão social pela formação de cidadãos e fortalecimento das identidades locais, foram os principais argumentos do MinC junto à Casa Civil e ao Ministério do Planejamento para que a implementação das Praças ficasse sob sua coordenação.

**Ao coordenar o Programa, tornando-se sua unidade executora, o Ministério da Cultura ampliou seu orçamento em R\$ 765,3 milhões, resultando em um total de R\$ 2,1 bilhões em 2011<sup>14</sup>.**

**Os recursos são provenientes do OGU e integram o orçamento da unidade executora (no caso, o MinC), vinculando-se ao objeto específico definido pelo PAC. Trata-se de recursos não contingenciáveis e passados aos municípios na categoria de transferências obrigatórias.**

<sup>13</sup> MICE, Portaria nº 49/ 2011, Item 6.5.3.

<sup>14</sup> IPEA. Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 21, 2013, p. 236-237.

A previsão inicial de 800 equipamentos em todo o país, definida em duas seleções do PAC, foi incorporada e ampliada na meta 33 do Plano Nacional de Cultura<sup>15</sup>: “1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento”.

Ressalta-se a importância do Programa, num contexto de investimentos crescentes em equipamentos sociais urbanos das nossas periferias, consolidando um processo de inclusão social pela renda associado à ampliação de direitos e cidadania que envolve, necessariamente, o acesso a serviços públicos, especialmente os serviços socioculturais.

Dessa forma, além de resultar na ampliação da infraestrutura do país em áreas de periferia urbana, o investimento realizado impulsiona a produção cultural de base comunitária, corroborando os princípios e potencialidades da Política Nacional Cultura Viva (PNCV) e demais programas e ações do MinC, tornando-se locus de atuação, potencialização e irradiação das políticas deste Ministério.

**As Praças podem ser entendidas como uma base permanente e oportuna para a realização de ações de formação, capacitação, difusão, produção e fruição de políticas culturais do MinC e demais níveis de governo.**

Nesse sentido, vem-se trabalhando na perspectiva do desenvolvimento territorial que será desencadeado não apenas pela presença impactante do equipamento em áreas de vulnerabilidade, como pela articulação em rede dos atores e políticas públicas no território: Pontos de Cultura, escolas, unidades básicas de saúde, artistas, lideranças comunitárias, ONGs, estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços e de comunicação.

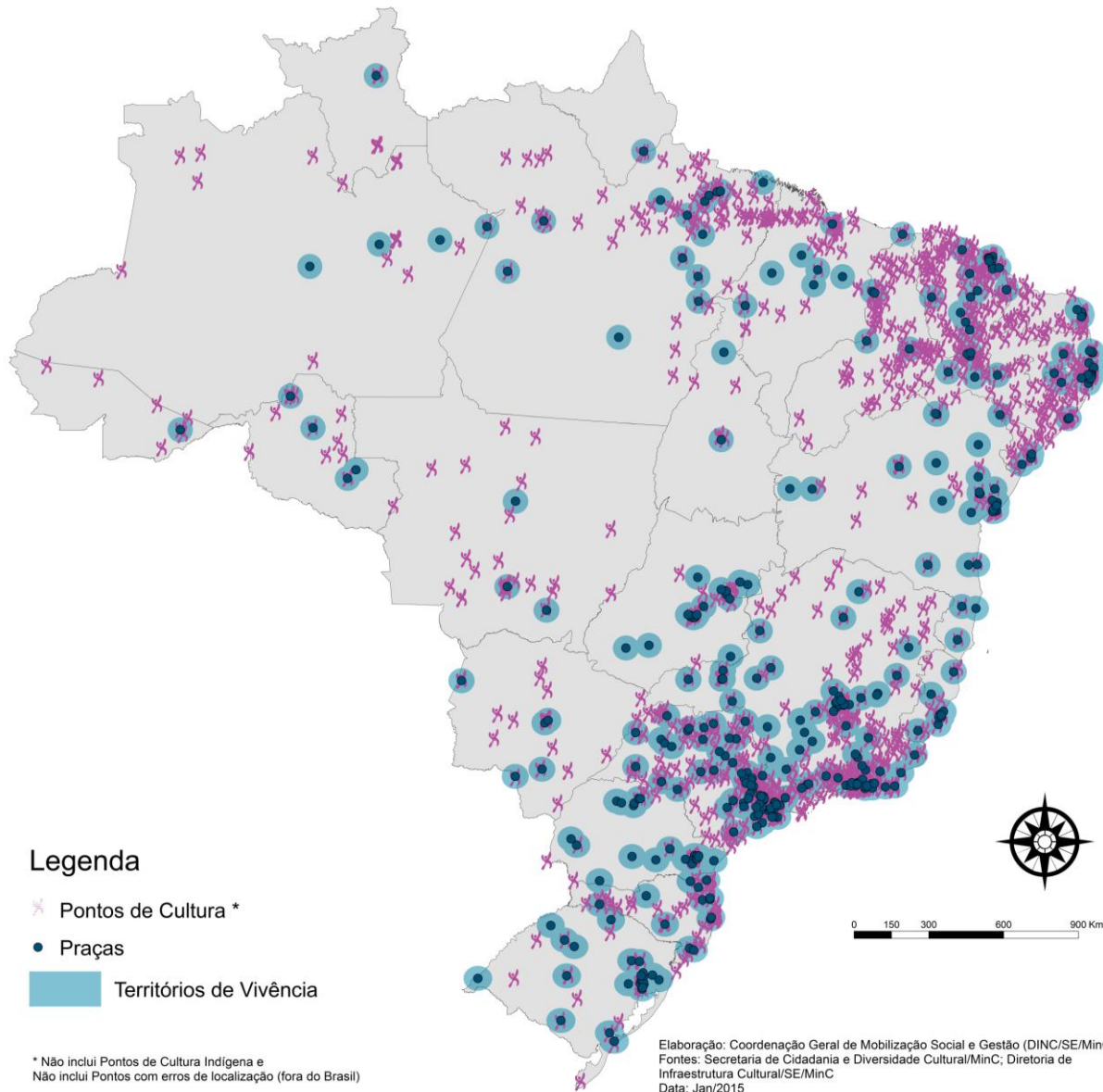
Trabalhando nesta perspectiva, dentre as políticas desenvolvidas hoje pelo MinC, destacam-se duas importantes articulações com as Praças: Cultura Viva e Mais Cultura nas Escolas – que envolve ainda o Mais Cultura nas Universidades e o Pronatec da Cultura.

---

<sup>15</sup> Plano Nacional de Cultura. LEI Nº 12.343, de 2 de Dezembro de 2010.



Ambas são políticas de larga escala e com alto potencial de promoção do desenvolvimento social e econômico associado à valorização da diversidade cultural e da produção de base comunitária que devem encontrar nas Praças a infraestrutura necessária para sua integração, efetivação e irradiação nas periferias urbanas.



Visando promover a integração das políticas públicas para promoção do desenvolvimento territorial, a DINC tem trabalhado com o georrefenciamento das ações do MinC e demais ministérios. O mapa acima, por exemplo, reúne as Praças e os Pontos de Cultura, evidenciando grande convergência territorial entre as ações.

Na medida em que se concretizam os equipamentos, vem se fortalecendo a integração entre infraestrutura cultural e Cultura Viva, que deve contar com ações e orçamento específico do MinC em 2015, institucionalizando-se o apoio a agentes cultura viva nas Praças e seus territórios e a ocupação e participação na gestão dos espaços pelos Pontos e Pontões.

Espera-se, ainda, avançar na efetivação de estratégias de institucionalização, incluindo na regulamentação da Lei 13018/14 a infraestrutura cultural como ação estruturante da PNCV e promovendo a integração do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura e Sistema de Gestão das Praças.

Os equipamentos devem cada vez mais funcionar como articuladores e fomentadores de redes de Pontos e Pontões de Cultura, e vice-versa, fortalecendo seu papel de valorização do protagonismo e da diversidade cultural.

**Leia também:**

**[Apresentação](#)**

- [1. O legado do Programa Mais Cultura](#)**
- [2. O conceito do equipamento](#)**
- [3. Mobilização Social para gestão compartilhada](#)**
- [4. Mapeamento, ativação e desenvolvimento territorial](#)**
- [5. Infraestrutura urbana e política social](#)**
- [6. Desenho institucional e relações federativas no PAC 2](#)**
- [7. Gestão e sustentabilidade das Praças sob a perspectiva da consolidação dos Sistemas Nacionais](#)**
- [8. Desafios para a gestão das Praças](#)**